

**8. CONCURSO PÚBLICO Nº. CPE.04.21.DMOSM - EMPREITADA DE  
"PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES"**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão tomada pela Sr<sup>a</sup>. Vice-presidente da Câmara em 13 de agosto de 2021, da proposta de não adjudicação da empreitada em epígrafe, proposta que se anexa.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.  
A Diretora da DMOSM,

2021/08/12

Remeta-se à Sr.ª Diretora.  
O Diretor do DOM,

20 / 08 / 2021

Despacho:

*ARREVO  
A reunião do executivo  
foi suspensa.  
p/ O Presidente,*

(Dr. Ricardo Bruno Aftunes Machado Rio)

13/08/2021

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Concurso Público: CPE.04.21.DMOSM

Contratação: empreitada de "PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES".

Preço base (Pb): €790.695,00 (setecentos e noventa mil, seiscentos e noventa e cinco euros) (sem Iva).

Prazo máximo de execução da empreitada: 150 (cento e cinquenta) dias de calendário.

### PROPOSTA DE NÃO ADJUDICAÇÃO

Na sequência do despacho de 05/02/2021, que autorizou o procedimento supramencionado, procedeu-se ao lançamento na plataforma eletrónica, por concurso público, cujo anúncio n.º **1535/2021**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 27, de 9 de fevereiro de 2021, da empreitada "**PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES**", o qual teve o resultado seguinte:

Apenas o concorrente EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMANDIO CARVALHO, S.A, apresentou proposta.

Tendo-se procedido à análise, pelos serviços da entidade adjudicante, da única proposta apresentada, em conformidade com o previsto no artigo 67.º, n.º 4 do Código

dos Contratos Públicos (CCP), propõe-se, em conformidade com o artigo 70.º, n.º 2, alíneas a) e d) do CCP, a exclusão da referida proposta, pelos motivos a seguir indicados:

**Motivo da exclusão:**

- Apresentação da proposta com o valor global dos trabalhos de **€950.478,34**, sendo **este valor superior ao preço base do procedimento (€790.695,00)**;
- Não apresentação de todos os documentos da proposta de acordo com o definido no artigo 12.º do Programa do Concurso.

**1. NÃO ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA**

Em consequência, propõe-se a **não adjudicação** desta empreitada, em conformidade com o disposto no artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do CCP.

A não apresentação de propostas determinará a extinção do procedimento, inexistindo adjudicação, conforme disposto no artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do Código dos contratos públicos (CCP).

Em conformidade com o artigo 80.º, n.º 1 do CCP, a decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

**2. FORMALIDADES SUBSEQUENTES**

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do artigo 79.º, n.º 2 do CCP, à notificação do único concorrente:

- Da decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos;
- Para que se pronuncie, no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente projeto de decisão, do qual se enviará um exemplar.

Braga, 11 de agosto de 2021

Pelos Serviços da DMOSM-DOM,